ISSN: 2358-8829

# EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA EJA: CONCEPÇÕES DOCENTES E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS

Elcio Silva Batista [1]
Michelly de Carvalho Ferreira [2]

## INTRODUÇÃO

Nas concepções pedagógicas atuais, é consenso que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não deve ser vista como um mero programa de correção de fluxo escolar para reduzir a distorção idade-série. Em vez disso, essa modalidade de ensino consolidou-se como um espaço essencial para garantir direitos e devolver a dignidade a pessoas que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas. De acordo com Arroyo (2017) os estudantes da EJA trazem consigo uma bagagem cheia de experiências de vida, saberes do cotidiano e histórias de superação que a escola precisa valorizar.

Dentro desse contexto, a Educação em Saúde assume um papel altamente estratégico no currículo da EJA. Ela atua como um elo dinâmico que conecta as diretrizes pedagógicas e os conteúdos escolares à bagagem histórica e à realidade prática dos estudantes. Ao trazer para o debate temas fundamentais como o mundo do trabalho, as condições socioeconômicas de vida e o cuidado integral com o corpo, essa abordagem transcende a teoria. Assim, ela promove o autocuidado consciente, estimula a prevenção de agravos e fortalece o protagonismo social desses sujeitos, transformando o espaço da sala de aula em um ambiente de emancipação, conscientização crítica e valorização da cidadania. (VENTURI, 2018)

No Brasil, a Educação em Saúde começou a se desenvolver no espaço escolar com um modelo focado na higiene e na visão médica tradicional, onde a saúde era entendida apenas como a "falta de doenças". Nesse formato, as aulas serviam para ditar regras de comportamento e dizer o que o aluno podia ou não fazer. (VENTURI, 2018) Hoje em dia, pesquisas de referência na área de Educação em Saúde, defendem que a temática deve ser concebida de forma diferente na escola. O objetivo das aulas não deve ser convencer o

[1] Mestre em Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, elciotx@yahoo.com.br;
[2] Mestre em Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, miferreiracarvalho14@gmail.com;

estudante a adotar hábitos criados por especialistas, mas sim dar condições para que ele entenda a sua realidade de forma crítica e consiga tomar decisões por conta própria no que concerne não somente a sua própria saúde, mas a de todos que compõe sua comunidade.

Este trabalho busca entender como essa mudança de visão acontece na prática da EJA, analisando como os professores enxergam a inserção da saúde em suas aulas. A pesquisa se justifica pela importância de compreender a diferença entre o que orientam os documentos oficiais e o que realmente acontece no dia a dia da sala de aula. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é identificar o que os professores pensam sobre o conceito de saúde e analisar as facilidades e dificuldades das estratégias que eles usam para trabalhar esse tema com os alunos da EJA.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo qualitativo, do tipo exploratório e descritivo que foi realizada em uma rede municipal de ensino, através das respostas de 13 professores que atuam no Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os participantes da pesquisa formam um grupo heterogêneo quanto ao tempo de magistério, com experiências docentes que variam de menos de 5 anos a mais de 10 anos de atuação profissional, o que enriquece os dados pela pluralidade de vivências na modalidade. Além disso, a amostra contempla professores de diferentes áreas do conhecimento, abrangendo as Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática, o que favorece uma compreensão integrada e interdisciplinar sobre o objeto de estudo.

A coleta de dados foi realizada utilizando como instrumento de pesquisa um questionário estruturado, disponibilizado por meio da plataforma digital Google Forms. Essa escolha permitiu o acesso aos docentes de maneira viável e organizada dentro do período delimitado. O instrumento foi estruturado a partir de quatro eixos principais de investigação: o primeiro mapeou o perfil socio-profissional e o tempo de atuação na docência e na EJA; o segundo bloco investigou as concepções pessoais de saúde dos professores e como estas se refletem em suas visões pedagógicas; o terceiro eixo dedicou-se à prática docente, avaliando a frequência e o planejamento de temas de saúde em sala de aula; e o quarto bloco tratou das ações desenvolvidas e dos desafios enfrentados no

ISSN: 2358-8829

cotidiano, incluindo exemplos práticos de temas trabalhados, além das principais barreiras percebidas, como a escassez de tempo e de materiais didáticos apropriados.

Para o tratamento, sistematização e interpretação das informações coletadas, recorreu-se à Análise de Conteúdo de Bardin. O procedimento analítico iniciou-se com a fase de pré-análise, na qual realizou-se a leitura flutuante das respostas abertas enviadas pelos professores, garantindo o contato direto com o material textual e a organização inicial das ideias. Em seguida, procedeu-se à exploração do material, etapa em que os textos foram examinados minuciosamente para a identificação das unidades de registro. Essas unidades foram posteriormente agrupadas em categorias temáticas por proximidade semântica, reunindo os relatos que convergiam para os mesmos núcleos de significado. Por fim, realizou-se o tratamento dos resultados e a interpretação, momento em que as falas dos docentes foram confrontadas com o referencial teórico que fundamenta este estudo, articulando a empiria com as discussões científicas sobre a Educação em Saúde no contexto da EJA. Os preceitos éticos foram preservados ao longo de todo o processo, garantindo o sigilo das identidades e o anonimato dos educadores participantes.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma modalidade de ensino destinada a sujeitos com trajetórias escolares interrompidas ou negadas, cujas vivências são profundamente marcadas pelo trabalho, pelas exigências de sobrevivência e pelas lutas sociais. Distanciando-se de visões assistencialistas, a formação na EJA exige o reconhecimento dos educandos como sujeitos históricos e ativos, portadores de uma vasta bagagem cultural e de conhecimentos previamente elaborados em sua prática social.

A prática pedagógica na EJA ganha sentido quando a bagagem que o estudante traz de sua vivência cotidiana é reconhecida. Longe de serem receptores passivos, os sujeitos dessa modalidade são marcados por histórias de resiliência e conhecimentos práticos (ARROYO, 2017). Sob a ótica freiriana, o ponto de partida para a alfabetização deve ser o "universo temático" e o repertório vocabular desses alunos, conectando o aprendizado às suas realidades (FREIRE, 2019). Dessa forma, a educação cumpre seu papel político: permite que o educando compreenda sua trajetória não como mero acaso, mas como uma biografia em construção, habilitando-o a intervir socialmente.

ISSN: 2358-8829

Nesse contexto, a inserção da Educação em Saúde na EJA ganha especial relevância. Longe de constituir um mero rol de conteúdos abstratos, a saúde apresenta-se como uma temática geradora capaz de conectar o conhecimento científico às experiências cotidianas dos alunos, abrangendo a análise das condições de trabalho, das relações comunitárias, da moradia e do cuidado com o corpo e com o ambiente (MOHR, 2002; VENTURI, 2018)

A compreensão do trabalho pedagógico em sala de aula pressupõe uma análise crítica sobre a natureza e o funcionamento do currículo. Para Gimeno Sacristán (2017), o currículo não pode ser reduzido a um artefato neutro ou a um documento burocrático estático, mas sim entendido como uma construção cultural e uma práxis complexa de organização da experiência escolar. O currículo funciona como um ponto de cruzamento entre práticas diversas — políticas, administrativas, institucionais, de produção de materiais didáticos e pedagógicas — que condicionam a dinâmica de ensino e aprendizagem.

O percurso pelo qual o currículo se concretiza envolve diferentes níveis de objetivação. Embora a administração pública, através do Ministério da Educação e Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, elabore o "currículo prescrito" por meio de normas e orientações oficiais, é na instituição escolar que ocorre a sua real tradução. Esse processo dá origem ao "currículo moldado pelos professores" e, finalmente, ao "currículo em ação", que se efetiva no contexto interativo da sala de aula mediante as tarefas acadêmicas e as mediações docentes (SACRISTÁN, 2017). O mesmo autor tece duras críticas ao tecnocratismo e à "pedagogia vazia de conteúdos culturais", argumentando que reformas curriculares não provocam mudanças reais se desvinculadas da formação docente e da transformação dos procedimentos práticos.

A autonomia profissional e a capacidade do professor em atuar como um "interrogador reflexivo de sua prática" são condições indispensáveis para deliberar com prudência diante das incertezas do ambiente escolar e para transformar a prescrição em uma experiência formativa emancipatória (SACRISTÁN, 2017). Assim, a autonomia docente não significa apenas liberdade para agir, mas a capacidade de refletir criticamente sobre as decisões tomadas no cotidiano escolar. O professor, ao interrogar sua própria prática, reconhece as incertezas e contradições presentes no processo educativo. Assim, transforma orientações e prescrições em possibilidades de uma prática pedagógica mais consciente, crítica e emancipadora.

ISSN: 2358-8829

## 2.1 Da Educação Bancária à Educação Problematizadora em Paulo Freire

A abordagem dos conteúdos na educação formal é tensionada por duas concepções pedagógicas antagônicas analisadas por Paulo Freire: a concepção bancária e a concepção problematizadora. Na educação bancária, o conhecimento é concebido como uma doação efetuada por quem se julga sábio sobre aqueles considerados ignorantes. Essa prática reduz os estudantes a recipientes passivos, inibindo seu poder criador e mantendo sua imersão em uma visão ingênua da realidade (FREIRE, 2019).

Em oposição ao modelo depositário, Paulo Freire formula a educação problematizadora, alicerçada na essência intencional da consciência. Nesta perspectiva, supera-se a contradição entre educador e educandos, tornando-os sujeitos críticos que investigam e compreendem a realidade. A construção do conteúdo programático não decorre da escolha arbitrária do professor, mas da investigação do universo temático do povo (FREIRE, 2019).

Ao problematizar a situação existencial concreta dos estudantes por meio de codificações e descodificações, a prática educativa estimula o desvelamento da realidade. Esse movimento permite que os educandos apreendam as contradições sociais não como obstáculos insuperáveis, mas como margens onde começam as possibilidades de ação transformadora (FREIRE, 2019).

O questionamento freireano do modelo bancário ganha densidade ao articular-se com o pensamento de Michael Apple (2006) acerca do papel político do currículo. De acordo com esse autor, a transmissão passiva de conteúdos extrapola o campo da Didática para funcionar como estratégia de hegemonia cultural. Ao selecionar previamente o conhecimento tido como oficial e distanciar-se da realidade dos educandos, o ensino tradicional reforça dinâmicas de desigualdade na sociedade.

Nessa mesma direção, Pedro Demo (2010) argumenta que o ensino formal permanece amarrado a um modelo instrucionista obsoleto, baseado na mera transmissão de conteúdos. Essa abordagem impede o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. No que é concernente a EJA, a ruptura com essa passividade, superar esse modelo e torna-se uma condição necessária para renovar o trabalho em sala de aula

Os estudantes jovens e adultos chegam à escola como sujeitos de direitos, trazendo vivências de trabalho e resistência. A superação da educação bancária exige reconhecer a

ISSN: 2358-8829

validade dos saberes populares, transformando a sala de aula em um espaço de emancipação humana (ARROYO, 2017). Dessa forma, a prática pedagógica na EJA transcende o mero repasse de conteúdos e assume o compromisso de articular a leitura da vida à construção consciente da cidadania.

## 2.2. A Educação em Saúde sob a Perspectiva Pedagógica e a Alfabetização Científica

A Educação em Saúde é um campo multifacetado e polissêmico, no qual convergem compreensões de mundo provenientes das áreas da saúde e da educação. Ao delimitar esse conceito, Adriana Mohr (2002) define a Educação em Saúde como o conjunto de atividades integrantes do currículo formal que, por sua natureza pedagógica, são orientadas para o ensino e a aprendizagem de conteúdos e temas relacionados à saúde individual e coletiva. Para a pesquisadora, educar em saúde não significa estabelecer previamente metas de conduta ou prescrever comportamentos, mas abordar a saúde como um tema de elevado potencial didático, capaz de mobilizar as experiências cotidianas dos estudantes e favorecer sua autonomia cognitiva e sua capacidade de tomar decisões.

Na pesquisa de Tiago Venturi (2018), a Educação em Saúde é caracterizada como uma ação pedagógica, distinta dos modelos tradicionais que historicamente a reduziram à mera transmissão de regras sanitárias. Nessa abordagem, educar em saúde consiste na construção intencional de conhecimentos por meio da reflexão e do pensamento autônomo, promovendo inter-relações cognitivas entre os saberes científicos e sociais, para que o educando compreenda os condicionantes de sua própria saúde e atue conscientemente diante dos dilemas de sua realidade.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa conceituação assume particular relevância. A Educação em Saúde não se limita à transmissão de orientações de higiene nem à prescrição verticalizada de hábitos. Compreendida em sua dimensão pedagógica, permite abordar a saúde como objeto de diálogo e problematização curricular, tomando os saberes construídos nas experiências de vida e de trabalho dos estudantes como ponto de partida para a reflexão crítica, o exercício da cidadania e a emancipação humana.

Historicamente, contudo, o ensino de saúde na escola esteve atrelado aos modelos higienista e biomédico. Nessa abordagem, a saúde é definida como ausência de doença, com ênfase nos aspectos biológicos e na prescrição de regras de conduta (MOHR, 2002).

ISSN: 2358-8829

Essa visão restrita passa a ser tensionada por referenciais que ampliam a concepção de bem-estar. Em contraposição a esse enquadramento, a perspectiva socioecológica compreende a saúde como um fenômeno determinado por fatores sociais, econômicos e culturais (MARTINS, 2017).

A simples transmissão de informações sobre higiene não garante a mudança de comportamento dos estudantes, evidenciando a lacuna entre o conhecimento teórico e a ação prática na vida cotidiana (VENTURI, 2018). Diante dessa limitação, torna-se necessário reformular o sentido formativo das práticas escolares. A educação em saúde sob a perspectiva pedagógica busca desenvolver a capacidade crítica do educando, permitindo escolhas autônomas ao longo da vida (MOHR, 2002).

Essa abordagem pedagógica conecta-se diretamente aos princípios da alfabetização científica e tecnológica. A formação escolar deve instrumentalizar o estudante para ler e interpretar a realidade mediada pela ciência (FOUREZ, 1997). No que se refere a EJA, essa premissa ganha contornos práticos ao orientar o ensino para a resolução de problemas reais. Esse aprendizado fornece elementos para que o estudante avalie riscos e tome decisões fundamentadas sobre sua qualidade de vida.

Para operacionalizar essa proposta no cotidiano pedagógico, destaca-se a metodologia das ilhotas interdisciplinares de racionalidade (FOUREZ, 1997). Essa construção possibilita articular conhecimentos de diferentes disciplinas a partir de problemas da realidade. Ao desmistificar a neutralidade da ciência, o ensino de saúde abandona prescrições normativas para converter a sala de aula em um ambiente de investigação (VENTURI, 2018). Desse modo, o estudo de situações concretas consolida-se como o caminho para promover a autonomia dos educandos em suas escolhas de vida.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização dos dados empíricos coletados com os treze professores da Educação de Jovens e Adultos pautou-se na análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Essa escolha metodológica permitiu estruturar as respostas dos questionários em categorias analíticas que expressam a visão dos docentes sobre o ensino de saúde. Em nossa análise, observamos que o discurso dos professores oscila entre a reprodução de práticas tradicionais e o reconhecimento da necessidade de renovação pedagógica na escola.

ISSN: 2358-8829

Sobre o conceito de saúde predominante entre o grupo investigado, foi possível identificar a centralidade do aspecto biológico e do cuidado corporal. A maioria dos participantes define o tema como a manutenção da higidez física e a prevenção de enfermidades. Entende-se que esse resultado reflete a forte herança do modelo biomédico na formação docente, o que reduz a complexidade da saúde a uma responsabilidade estritamente individual de adoção de hábitos saudáveis.

Estes dados dialogam com os resultados obtidos por De Deus et al. (2026, p. 12), que observaram em pesquisa correlata a vigência de uma concepção em que "a saúde é definida prioritariamente pela oposição à doença". Do mesmo modo, Adriana Mohr faz um alerta para os prejuízos de manter o ensino sob essa ótica:

> Em muitos casos, a ênfase quase exclusiva na prevenção e cura de doenças ou situações nocivas para a saúde dá lugar à proliferação de prescrições e normas que favorecem uma obediência às mesmas, mas que de modo algum facilitam a construção de conhecimentos, nem uma intervenção autônoma e responsável [... ] (MOHR, 2002, p. 71).

Essa constatação reforça que a mera transmissão de orientações preventivas não garante a emancipação dos estudantes adultos. O acúmulo de informações sobre higiene, quando desvinculado da análise crítica da realidade, apenas perpetua a passividade dos educandos, impedindo que eles se reconheçam como sujeitos ativos na promoção da própria saúde.

Apenas parte dos sujeitos investigados mencionaram os fatores socioeconômicos e ambientais em suas definições. Essa lacuna indica que as dimensões ampliadas de saúde ainda estão pouco presentes no planejamento escolar. No contexto da EJA, não levar em conta as condições reais de vida e trabalho dos estudantes compromete a função social da escola, pois a saúde não pode ser desvinculada do território em que o sujeito está inserido.

Analisando essa ruptura conceitual, Martins (2017, p. 46) salienta que "enquanto a abordagem biomédica se ocupa, sobretudo, de uma visão negativa do processo de saúde e doença, focado principalmente sobre esta última, a abordagem socioecológica busca ultrapassar esses limites, defendendo uma visão salutogênica. A necessidade de acolher essa dimensão social e cultural na EJA é enfatizada por Miguel Arroyo:

> Reconhecer os adolescentes, jovens e adultos em seus itinerários para a EJA como sujeitos de culturas exige redefinir os olhares tão negativos com que os pensam a sociedade, o pensamento escolar e até as diretrizes e políticas [...]

> Sua educação, seus profissionais e seus currículos não serão pensados para passá-los da ignorância [...] mas para acompanhá-los, reforçando saberes, leituras, valores, culturas que, como humanos, já levam do trabalho. (ARROYO, 2017, p. 229)

Sob essa ótica, compreende-se que a Educação em Saúde na EJA não pode limitar-se à prescrição de condutas higiênicas, devendo assumir-se como uma práxis que acolhe a bagagem social e produtiva dos educandos. Ao articular os conteúdos escolares às experiências concretas trazidas do mundo do trabalho, o ensino de saúde deixa de ser um mero receituário para se converter em um instrumento de reafirmação de direitos e de dignidade humana.

Apesar da hegemonia da visão tradicional, os professores são unânimes em afirmar a relevância da saúde no currículo da EJA. Conclui-se que o tema funciona como um elo entre o conhecimento científico e a experiência acumulada pelos educandos adultos. Essa percepção demonstra a sensibilidade dos docentes para com a realidade dos alunos, reconhecendo que a sala de aula deve validar a dignidade das trajetórias humanas. Essa postura pedagógica alinha-se aos fundamentos freireanos da educação problematizadora.

> Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também [...] Enquanto a prática bancária [...] implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade (FREIRE, 2019, p. 122).

Essa reflexão reforça que a inserção da saúde na EJA ganha força transformadora quando abandona a transmissão passiva e adota a problematização da realidade dos educandos. Ao transformar as vivências e preocupações dos estudantes em objeto de investigação em sala de aula, fomenta-se o diálogo democrático e a construção de conhecimentos voltados para a melhoria consciente da qualidade de vida comunitária.

Um dado relevante aponta que a simples transmissão de informações higienistas não resulta na mudança de atitude dos estudantes. Os docentes relatam que os alunos conhecem as recomendações preventivas, mas não as aplicam no cotidiano. Salientamos que esse descompasso confirma a ineficácia do ensino prescritivo, exigindo uma transição para modelos reflexivos que estimulem a real autonomia de escolha do sujeito.

ISSN: 2358-8829

Caracterizando esse modelo instrucional, Venturi (2018, p. 70) argumenta que "a ES normativa está relacionada a objetivos tradicionalmente vinculados à ES, que visam mudanças de comportamentos de forma imediata, o que confere ao ensino uma postura de ditar condutas e de prevenção de doenças". Em direção oposta, Sacristán (2017, p. 42) defende a valorização da vivência do educando:

> [...] A atenção aos processos educativos e não apenas aos conteúdos é o novo princípio que apóia a concepção do currículo como a experiência do aluno nas instituições escolares. Não é apenas uma forma de entender o currículo, com uma ponderação diferente de suas finalidades e componentes, mas toda uma teorização sobre o mesmo e sobre os métodos de desenvolvimento. (SACRISTÁN, 2017, p. 42).

Observa-se, portanto, que a superação da lacuna entre o saber teórico e a ação prática exige ressignificar o currículo como espaço de vivência e reflexão crítica. Quando a Educação em Saúde ultrapassa a mera memorização de regras e passa a focar nos processos educativos dialógicos, oportuniza-se ao estudante compreender as razões subjacentes aos cuidados com a saúde, favorecendo escolhas conscientes e sustentáveis ao longo do tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou analisar as concepções e as práticas pedagógicas em Educação em Saúde desenvolvidas por professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os resultados evidenciaram que, embora ainda persista a hegemonia de uma visão biomédica e higienista — pautada prioritariamente na prevenção de enfermidades e na adoção de condutas individuais —, há o reconhecimento unânime do valor estratégico dessa temática para a formação cidadã dos educandos adultos.

Constatou-se que a mera transmissão prescritiva de informações sanitárias não se converte em mudanças atitudinais nos estudantes, confirmando as limitações dos modelos instrucionistas tradicionais. A superação dessa lacuna exige o deslocamento de um ensino normativo para uma abordagem pedagógica e socioecológica, capaz de incorporar as condicionantes sociais, econômicas e culturais que perpassam o cotidiano e o território em que os sujeitos da EJA estão inseridos.

Nesse sentido, conclui-se que o fortalecimento da Educação em Saúde no contexto escolar requer a valorização da bagagem cultural e das experiências de vida e trabalho trazidas pelos alunos. A transformação da sala de aula em um espaço de investigação e diálogo problematizador possibilita ultrapassar os receituários prontos, promovendo a construção da autonomia e a emancipação dos educandos para a tomada de decisões conscientes sobre sua qualidade de vida.

Por fim, ressalta-se a necessidade de investimentos contínuos na formação docente, de modo a assegurar que os professores disponham de fundamentação teórica e metodológica para atuar como mediadores desse processo. Espera-se que este estudo contribua para fomentar o debate sobre a renovação curricular na EJA, consolidando a Educação em Saúde não como imposição de regras morais, mas como um direito humano fundamental e uma práxis libertadora.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa.** Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DE DEUS, Ivanez et al. **Educação em saúde na escola: concepções e práticas docentes**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 12, n. 4, p. 1-21, 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MARTINS, Liziane. **Abordagens da saúde em livros didáticos de Biologia: análise crítica e proposta de mudança**. 2017. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MOHR, Adriana. **A natureza da educação em saúde na escola fundamental.** 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

VENTURI, Tiago. **Formação de professores e educação em saúde: contribuições e limites de um curso de extensão**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.